



O CONCEITO DE IDENTIFICAÇÃO NO ÂMBITO DA ARQUIVÍSTICA ESPANHOLA E BRASILEIRA

Noemi Andreza da Penha (UFF)¹

Ana Célia Rodrigues (UFF)²

Resumo: A identificação surgiu na década de 80, como proposta de grupos de arquivistas preocupados com a formulação de metodologias para solucionar o problema da acumulação de documentos. Na Espanha, os métodos de identificação usados nas instituições arquivísticas da administração pública foram discutidos na Primeira Jornada sobre Metodologia para a Identificação e Avaliação de Documentos da Administração Pública, realizada em Madri, em 1991, cujo conceito proposto ficou registrado no Dicionario de Terminologia Archivistica. A partir desse momento, foram formados grupos de estudo de identificação nos países que apresentavam a mesma problemática, como Portugal, Brasil e México. No Brasil, as propostas de identificação formuladas no âmbito do Arquivo Nacional resultaram na publicação de manuais, como o Manual de Identificação de Acervos Documentais para Transferência e/ou Recolhimento aos Arquivos, elaborado pelo Grupo de Identificação de Fundos Internos (GIFI), e o Manual de Identificação de Documentos efetuado pelo Grupo de Identificação de Fundos Externos (GIFE), cujo conceito foi incorporado pelo Dicionário de Terminologia Arquivística, publicado em 2005. Nesta análise inicial, foi possível perceber que existe uma lacuna teórica da inserção do método de identificação na Arquivística brasileira. Dessa maneira, o presente trabalho tem por objetivo rastrear a construção do conceito de identificação. Nos objetivos específicos, pretende-se: investigar o surgimento da identificação no âmbito teórico e prático na revisão de literatura; analisar a produção científica e acadêmica no Brasil sobre o tema; construir um quadro comparativo do uso terminológico da identificação, apontado pelos autores estudados. Para tanto, caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, de natureza teórica, cuja metodologia prevê o estudo comparativo dos conceitos e das metodologias propostas em ambos os países e a realização de entrevistas com os arquivistas dos citados grupos de trabalhos, para analisar as concepções que nortearam as práticas de identificação, contribuindo para a construção teórica da arquivística brasileira.

Palavras-Chave: Arquivística; Metodologia Arquivística; Identificação Arquivística; Tipologia Documental.

Abstract: The identification came in the 80's, as proposed group of archivists concerned with the formulation of methodologies to solve the problem of accumulation of documents. In Spain the methods of identification used in archival institutions of government were discussed at the First Conference on Methodology for the Identification and Assessment Document for Public Administration, held in Madrid in 1991, which was included in the proposed concept Dicionario Terminology Archivist. Thereafter the study groups were formed to identify the countries with the same problem, such as Portugal, Brazil and Mexico. In Brazil, the proposed identification made under the National Archives resulted in the publication of manuals, such as the Manual of Identification Documents for Transfer of Collections and / or collect the files prepared by the Internal Identification Fund (GIFI) and Manual Identification Documents made by the Group Identification of External

¹ Noemi Andreza da Penha (no_quinha@yahoo.com.br), Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense.

² Ana Célia Rodrigues (anyrodrigues@yahoo.com.br), Profa. Adjunta do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense.



Funds (GIFE), whose concept was embodied by the Dictionary of Archival Terminology, published in 2005. In this initial analysis it was revealed that there is a theoretical gap of insertion of the identification method in the Brazilian Archival Science. Thus, this study aims to track the construction of the concept of identification. In the specific objectives intended to investigate the emergence of identity in theory and practice in the literature review; To analyze the scientific and academic production in Brazil on the subject, the construction of a comparative table of the use of terminology identification indicated by the authors studied. To do so, is characterized as an exploratory research, theoretical, whose methodology provides the comparative study of concepts and methodologies proposed in both countries and interviews with the archivists of the aforementioned working groups to analyze the conceptions that guided the identification practices, contributing to the theoretical construction of the Brazilian archival science.

Keywords: Archival science; Archival methodology. Archival identification. Diplomatic contemporary; Typology documentary.

1 INTRODUÇÃO

A iniciativa de pesquisar teoricamente a identificação partiu de uma pesquisa realizada anteriormente, intitulada “Análise do valor primário e valor secundário nos álbuns fotográficos da Série São Paulo, Fundo LIGHT/Eletropaulo – 1899/1979”, desenvolvida no Trabalho de Conclusão de Curso no Curso de Arquivologia na Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” – Campus de Marília, que também foi Projeto de Iniciação Científica financiada pela agência de fomento Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Nessa pesquisa, utilizamos a metodologia de identificação de órgão produtor na recuperação de informações referentes às competências, funções e atividades desempenhadas pelo Departamento de Engenharia da Empresa LIGHT/Eletropaulo, na colocação de trilhos, construções de usinas, instalações de postes e demais atividades de geração, transmissão e distribuição de energia, dados que foram complementados com a análise documental das imagens fotográficas da construção e transformação da cidade de São Paulo, no século XIX, a fim de contextualizá-las.

Com o uso dessa metodologia de identificação, surgiram reflexões sobre as questões teóricas que envolvem o conceito e o método de identificação, como: de onde provém esse conceito e a prática de identificação? Como tais procedimentos foram incorporados pela arquivística brasileira? A partir dessa proposição, apontamos como problema desta pesquisa a análise do conceito de identificação no domínio teórico da arquivística, mais especificamente nas bases teóricas da arquivística brasileira.



Dessa maneira, o presente trabalho tem por objetivo estudar a construção do conceito de identificação, mapeando as iniciativas metodológicas, a fim de sistematizá-las na perspectiva da Arquivística brasileira. Nos objetivos específicos, pretende-se: investigar o surgimento da identificação na dimensão teórica e prática, através de revisão de literatura; analisar a produção científica e acadêmica, no Brasil, sobre o tema; e elaborar um quadro comparativo do uso terminológico da identificação, apontado pelos autores estudados. Para tanto, caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, de natureza teórica, cuja metodologia prevê o estudo comparativo dos conceitos e das metodologias propostas em ambos os países e a realização de entrevistas com os arquivistas dos citados grupos de trabalhos que se formaram no período, a fim de analisar as concepções que nortearam as práticas de identificação, contribuindo para a construção teórica da arquivística brasileira.

Este projeto vem sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do Instituto de Artes e Comunicação Social (IACS) da Universidade Federal Fluminense – UFF, especificamente na Linha de Fluxo e mediações sócio - técnicas da informação, sob orientação da Dra. Ana Célia Rodrigues, que pesquisa sobre a Identificação arquivística, utilizando a Diplomática contemporânea como fundamento metodológico.

2 FUNDAMENTO TEÓRICO

O nosso foco de pesquisa está no conceito de identificação. O desenvolvimento desta pesquisa fundamenta-se nas bases da Arquivística, em especial na organização documental, dando ênfase à construção do conceito de identificação como fundamento teórico e procedimento prático nas instituições arquivísticas. A proposta central firma-se na investigação das bases teóricas e metodológicas desse processo.

Podemos considerar que a proposta do método analítico³ da identificação vem contribuir com os estudos sobre a organização documental na esfera de fixar sua atenção em métodos aplicáveis ao tratamento documental.

³ Este termo fora ressaltado no Grupo Ibero americano de Gestão de Documentos Administrativos, assumido pelo Comitê de Arquivos Administrativos do Conselho Internacional de Arquivos na reunião de Oslo, celebrada em maio de 1990.



Primeiramente, vamos definir o que vem a ser a pesquisa analítica.

Envolve estudos de avaliação profunda das informações disponíveis, na tentativa de explicar o contexto de um fenômeno. Segundo Gazoni (2008), a visão de Descartes no método analítico vem contrapor à concepção cartesiana, de que a chave para todas as respostas do universo estava na estrutura da matemática, intitulado método sintético. Neste sentido, o método analítico de Descartes consistia em reduzir qualquer problema aos seus mínimos níveis, por exemplo, separar as peças que constituem um relógio, reduzindo tudo até chegar aos seus componentes fundamentais e, quando chegasse a esse menor nível, perceber a relação entre eles. Um estudioso da educação — Nicolas Adam — afirma que o método analítico é um método de investigação que consiste na desmembração do todo, então seria preciso entender as origens e limitações de cada informação.

Podemos dizer que é uma visão reducionista do todo para as partes, pois decompõe o todo para passar ao estágio de análise das partes menores que fazem parte da totalidade. Com isso, demonstra que, para entendermos o todo, é de suma importância decompor, separar, dividir o objeto de estudo, para depois totalizar e ter uma visão ampla ou mesmo alguma resposta almejada.

Após essa explanação, há sentido em transpor o método analítico de Descartes para o conceito e método da identificação. Este método compreende que o processo de investigação está direcionado ao conhecimento do órgão produtor e suas unidades administrativas que sustentam a estrutura do fundo.

Essa noção de totalidade nos leva a refletir sobre as características dos conjuntos documentais correspondentes às séries documentais que são as partes menores, ou seja, o próprio registro documental poderá emitir a sistematização das funções e atividades que estabelecem as características do órgão produtor. Para a obtenção dessas informações, também é necessário analisar, quando existir, organogramas e estatutos que regulamentam as atividades dos órgãos.

Retomando o conceito de identificação, observa-se que, principalmente na década de 80, a organização de documentos se tornou um grande tema de discussão na Arquivística. Assim, sob o ponto de vista da literatura da área, podemos afirmar que a identificação surgiu neste período, como proposta de solução para a acumulação de documentos, principalmente nos órgãos públicos. O reconhecimento dessa necessidade acaba levando para outros desafios, como a implantação de Programas de Gestão documental.



Outro aspecto a observar é pensar em organizar o caos dos depósitos de documentos, pois em poucos casos poderíamos considerar propriamente uma instituição arquivística como arquivo, no final do século XX, com o sentido de uso e disseminação da informação. Grande parte dos documentos estava acumulada desordenadamente, sem cumprir a função principal de acesso à informação. No período pós-guerra, constata-se uma mudança de postura, em função da necessidade de informação e registro documental para tomada de decisão, tanto nas empresas privadas como nas instituições públicas.

Sob tal perspectiva, ocorre a efervescência de publicação de estudos sobre a identificação. A solução de problemas documentais propiciou a construção de reflexões decorrentes da contribuição da teórica da arquivística no campo das pesquisas científicas e metodologias. É inegável que a área da arquivística se defrontou com a grande dificuldade de identificar os documentos acumulados nos arquivos, que cresciam desordenadamente. Sendo assim, os arquivistas precisavam de métodos para tentar resolver esse problema dentro das instituições arquivísticas. (RODRIGUES, 2008, p.11)

Entretanto, a busca de metodologias deve ser amparada pela cientificidade, podendo ser exposta por atividades de pesquisa com a formulação de métodos aplicáveis e avaliáveis. Enfatizamos essa possibilidade de exaustão de hipóteses e verificação, pois foi dessa maneira que a identificação foi desenvolvida através da avaliação de métodos de organização de acervos arquivísticos. Então, trata-se de uma demanda totalmente voltada para a prática, cuja averiguação passou a ser eficiente no desenvolvimento das atividades na organização documental refletida no tratamento documental, dos quais resultam a necessidade de se pensar a classificação, a avaliação e descrição.

Portanto o método analítico de identificação veio contribuir com as funções arquivísticas sob os seguintes aspectos:

- Aplicação dos princípios de proveniência;
- Evolução orgânica do sujeito produtor;
- A investigação e análise das características e dos elementos essenciais que constituem a série documental (elemento orgânico e elemento funcional). (MANUAL DE TRATAMENTO DE ARQUIVOS ADMINISTRATIVOS, 1992, p. 42).

A identificação surgiu no âmbito da arquivística em meados da década de 80, como proposta de especialistas preocupados com a formulação de metodologias para solucionar o problema da acumulação de documentos. Na Espanha, os métodos de identificação usados nas



instituições arquivísticas da administração pública foram discutidos na Primeira Jornada sobre Metodologia para a Identificação e Avaliação de Documentos da Administração Pública, realizada em Madri, em 1991, cujo conceito proposto ficou registrado no Dicionário de Terminologia Arquivística. A partir desse momento, foram formados grupos de estudo de identificação nos países que apresentavam a mesma problemática, como Portugal, Brasil e México. No Brasil, as propostas de identificação formuladas no âmbito do Arquivo Nacional resultaram na publicação de manuais, e o conceito foi incorporado pelo Dicionário de Terminologia Arquivística, publicado em 2005.

Segundo Ana Célia Rodrigues (2008, p.11), com as publicações de estudos sobre a identificação aplicada ao tratamento de documentos de arquivo, tem início a construção de tradições no campo das pesquisas científicas sobre metodologias. É inegável que a área da arquivística se defronta com o grande problema de identificar a série de documentos acumulados nos arquivos, que cresciam desordenadamente. Sendo assim, os arquivistas careciam de métodos para tentar solucionar esse problema dentro destas instituições arquivísticas, já que na literatura européia e norte-americana não encontravam respostas para suas dúvidas práticas.

O conceito de identificação surge na Espanha, oriundo dos estudos apresentados na referida Jornada sobre Metodologia para a Identificação e Avaliação de Documentos da Administração Pública, onde foram apresentados os resultados dos trabalhos de aplicação dessa metodologia da identificação para organização e avaliação do volume documental encontrado nas instituições públicas do país.

Naquele momento, a Espanha passava por transformações políticas, marcada pelo fim do governo de Francisco Franco, que se estendeu de 1939 a 1975. Após sua morte, o país saiu da ditadura, passando a ser um Estado Social Democrático. Convém salientar que essa mudança teve interferência direta na composição da administração pública espanhola, resultando na criação de novas instituições, de reformulações de leis, com consequências diretas no processo de produção documental e seu armazenamento em depósitos de arquivo.

O desenvolvimento dos processos de investigação sobre metodologias arquivísticas, especialmente a identificação de tipologias documentais no contexto da identificação, colocou em pauta não apenas a organização do acervo documental existente dos séculos passados, mas a preocupação com o tratamento dos documentos que estavam sendo produzidos pela administração pública do país.



Preocupados com o levantamento da situação atual em que se encontrava o acervo documental acumulado, os arquivistas se organizam, formando grupos de trabalho para propor soluções para os problemas de organização dos fundos e, ao mesmo tempo, definir estratégias para implantação de sistemas de gestão documental.

Anterior aos trabalhos desenvolvidos pelos grupos de arquivistas da Direção de Arquivos Estatais encontra-se o trabalho pioneiro do Grupo de Arquivistas Municipais de Madri, que, em 1981, coordenado por Vicenta Cortés Alonso, criou um modelo de análise para estudar a tipologia documental para classificar e avaliar a documentação administrativa municipal, a partir de parâmetros normalizados.

Depois disso, inúmeros municípios efetuaram fóruns de discussão sobre o método analítico da identificação de documentos, no escopo da construção de metodologias de organização nos arquivos públicos do país.

O fortalecimento proporcionado pelo fórum de discussão, criado em torno dos procedimentos de identificação de documentos realizados nos parâmetros da tipologia documental, beneficiou não apenas os arquivos do Estado espanhol, empenhados em encontrar respostas para os problemas práticos diagnosticados, mas acabaram criando uma metodologia de trabalho, que teorizasse e construísse uma tradição em torno do tema.

O desenvolvimento de pesquisas e estudos de casos sobre o assunto alarga a discussão sobre o conceito de identificação dentro do próprio país, passando a influenciar os países ibero-americanos, que apresentavam o mesmo problema da acumulação de documentos em depósitos de arquivo, como: Brasil, Colômbia e México.

No Brasil, as experiências de identificação desenvolvidas no Arquivo Nacional foram resultados de trabalhos propostos por grupos de arquivistas formados para propor soluções de transferências e recolhimentos de documentos acumulados nos depósitos do próprio arquivo e nos dos ministérios.

Em 1981, é criado o Grupo de Identificação de Fundos Internos (GIFI), com a finalidade de encaminhar uma solução para identificar os documentos acumulados na sede do Rio de Janeiro. Ainda no mesmo ano, é criado o Grupo de Identificação de Fundos Externos (GIFE), com o objetivo uma política de recolhimento, de política de transferências, bem como a implantação de um arquivo intermediário. Através da Divisão de Pré-Arquivo, o Arquivo Nacional elaborou o Projeto de Gestão de Documentos, com o objetivo de estabelecer uma organização sistêmica dos arquivos dos órgãos públicos federais. As propostas metodológicas decorrentes do trabalho destes grupos transformaram-se em manuais, denominados



publicações técnicas: “Manual para identificação de acervos documentais para a transferência e/ou recolhimento aos arquivos públicos” (1985), do GIFE; “Identificação de documentos em arquivos públicos” (1985), do GIFI; e o “Manual de levantamento da produção documental” (1986), resultado do projeto de gestão.

Nos objetivos das referidas publicações, o termo *identificação* aparece como fundamento do método de análise, proposto para se iniciar o futuro tratamento dos fundos acumulados, fornecendo as bases do conceito publicado pelo Arquivo Nacional no Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 94). No referido dicionário, a identificação é definida como “processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos, com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual”.

A identificação está relacionada no domínio da Arquivística com o seguinte significado:

[...] identificação seria o ato de determinar a identidade do documento de arquivo, de caracterizar os caracteres próprios e exclusivos que conferem essa identidade. Significa determinar os elementos que o individualizam e o distinguem em seu conjunto. O processo de produção deste conhecimento implica em reunir informações sobre [...] seu contexto de produção e descrever estes elementos que formam sua identidade. (RODRIGUES, 2009, p. 65).

Neste sentido, a identificação como metodologia deve ser desenvolvida em duas etapas: a identificação do órgão produtor e dos tipos documentais produzidos neste contexto. Nesta etapa do trabalho arquivístico, são registrados elementos que possam contribuir para o estabelecimento de origem da produção documental, levantando informações registradas nos documentos que se vinculam à sua proveniência, como parâmetro para definir séries documentais.

Antonia Heredia Herrera (1999) salienta que a identificação sempre existiu, mas não estava individualizada nas tarefas arquivísticas, e, atualmente, oferecem etapas perfeitamente definidas, diferenciadas e sucessivas ao tratamento arquivístico. Para a autora, a identificação

[...] antes e agora, está vinculada ao princípio de proveniência, quando investiga as origens da documentação partindo de sua dupla vinculação a proveniência institucional e ao sujeito ou unidade produtora, através de suas funções ou de seus órgãos, dentro da instituição. Determinará a estrutura geral do fundo e particular de cada uma das suas divisões e partes jurídicas. Em definitivo nos ajudará a configurar o quadro de classificação [...] e facilitará a descrição, a partir da fixação da tipologia documental e as séries



e suas unidades documentais (HEREDIA HERRERA, 1999, p. 21, *tradução nossa*).

Com base no princípio da proveniência realiza-se o reconhecimento da gênese documental. Essa etapa parte do reconhecimento das características do órgão produtor, identificando as competências, funções e atividades da entidade produtora, que ficam registradas como elementos dos tipos documentais produzidos, conhecimento que fundamenta a classificação, a avaliação e, por fim, a descrição. A autora também menciona a respeito da identificação, que “[...] amplia o seu objeto no âmbito da aplicação. Assim, para os fundos documentais a sua conservação permanente, adentrando na tarefa que antes competia aos arquivos históricos. [...]” (HEREDIA HERRERA, 1999, p. 21, *tradução nossa*).

Para Martín-Palomino e Torre Merino (2000, p.11), a identificação possui três etapas: identificação do órgão produtor, identificação do elemento funcional e identificação do tipo documental⁴. Segundo os autores, identificação é a “fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas em que se sustenta à estrutura de um fundo”, portanto uma investigação de caráter intelectual que visa o reconhecimento da produção e rotinas do órgão que o produziu. Deste modo, a fase de identificação assume um papel relevante no processo do fazer arquivístico, fornecendo dados, sendo tidos como a primeira fase da metodologia arquivística, por apresentar um caráter intelectual e investigativo, o qual visa o reconhecimento do órgão produtor e das tipologias documentais existentes, cujo objetivo final é a definição das séries documentais (MARTÍN-PALOMINO y BENITO; TORRE MERINO, 2000, p. 14).

Segundo Carmona Mendo (2004), a identificação é a melhor ferramenta para aplicar o princípio básico da arquivística: o de respeito à proveniência e da estrutura interna do fundo. Portanto, é imprescindível aos estudos da gênese do fundo: o sujeito produtor; a pessoa física, família ou organismo que o produziu e/ou acumulou; o fundo e o objeto produzido; a totalidade do fundo e cada uma das agrupações documentais que o norteiam.

Escobar Sierra (2004, p.2) descreve teoricamente a metodologia da identificação, enfatizando a pertinência da identificação de séries documentais no âmbito da teoria arquivística, visando à organização e “conservação” da proveniência⁵ e ordem natural ou

⁴ O tipo documental é a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que ela representa (CAMARGO & BELLOTTO, 1996).

⁵ O princípio de proveniência é tido como base norteadora para a práxis arquivística e a base teórica difundida pelas diferentes correntes, mesmo que nem sempre todos os autores concordem com a mesma visão. Rousseau e



original dos documentos produzidos pelo órgão produtor. Neste sentido, a identificação torna-se base para delimitação de qualquer fundo de arquivo, sendo fundamental para integrar os conceitos de função e atividade administrativa à produção documental e para a delimitação de séries e subséries de documentos dentro da instituição.

Ana Célia Rodrigues (2005, p. 05), analisando os procedimentos de identificação, afirma:

A base metodológica que sustenta a identificação é a aplicação de maneira direta do princípio da proveniência, que consiste em não misturar os documentos gerados por diferentes órgãos produtores e, conseqüentemente, o da ordem original, que significa não romper a ordem [...] de produção de tipos documentais oriundos dos procedimentos administrativos que o determinam.

Verifica-se, na abordagem da autora, que a metodologia da identificação encontra suas bases no princípio da proveniência e, além disso, mantém a ordem dada aos documentos pela administração, sustentando como metodologia para o tratamento documental dos arquivos em dois instantes: na gestão documental⁶ e na fase de acumulação.

Rodrigues (2008) apresenta a identificação como uma fase intelectual, um estudo analítico sobre o documento de arquivo, que revela o vínculo mantido com o órgão produtor, tanto na fase de produção quanto na etapa de acumulação. Dessa maneira, esse método de estudo deve ser aplicado para reconhecer a gênese documental, realizado preferencialmente no momento de produção, para sistematizar o controle das etapas do ciclo vital dos documentos (fase corrente, intermediária e permanente), mas podendo ser igualmente desenvolvido no momento de acumulação, para tratar documentos depositados em arquivos.

Analisando a identificação no contexto da literatura brasileira, a autora afirma que “no que diz respeito aos termos utilizados nos processos de identificação desenvolvidos no Brasil, entre 1975 e 2005, observamos que a literatura registra termos variados para operações que são semelhantes”, como: “identificação de documentos (tipologias documentais)”, que apresenta como termos equivalentes, “levantamento da produção documental”, “estudo de tipologia documental”, entre outros (RODRIGUES, 2008).

Couture (1998, p.52 – 79) afirmam que: “trata-se [...] o princípio da proveniência [...] a constituição e a plena existência da unidade de base em arquivística, a saber, o fundo de arquivo”.

⁶ Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente. (Lei nº 8.159, de janeiro de 1991, Art. 3º).



Verifica-se, entretanto, na pesquisa inicial que desenvolvemos, que não há uma sistematização dos aspectos teóricos e metodológicos que envolvem a identificação no contexto da arquivística brasileira, e que, igualmente, não está suficientemente estudada a influência recebida da tradição arquivística espanhola neste domínio de conhecimento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia aplicada é a pesquisa bibliográfica existente sobre o conceito de identificação na Arquivística da Espanha e do Brasil. Este estudo também se utiliza da pesquisa exploratória e documental com os dados coletados em entrevista com os funcionários participantes do Projeto de Programa de Modernização Institucional-Administrativa do Arquivo Nacional, na década de 80, que integravam o GIFI, o GIFE e o Projeto de Gestão de Documentos.

Dessa maneira, construiremos um quadro comparativo dos usos terminológicos da identificação apontada pelos autores da Espanha e do Brasil, a fim de caracterizar as tradições construídas, os conceitos que as fundamentam e os métodos propostos.

4 RESULTADOS PARCIAIS

Os resultados parciais são fundamentados a partir do levantamento bibliográfico realizado nessa primeira etapa da pesquisa, onde conseguimos avançar na observação de incoerências fundamentais acerca da fundamentação teórica sobre a identificação, na Espanha e no Brasil. Nestes estudos preliminares, observamos o quanto é dúbio esse conceito entre alguns países, que usam nomenclaturas diferentes para atribuir o mesmo sentido ao termo.

No âmbito do Programa de Modernização Administrativa do Arquivo Nacional, foram criados os grupos de trabalhos encarregados da formulação de metodologias para implantar políticas de transferências, recolhimentos e gestão de documentos de arquivos.

O objetivo principal do projeto desenvolvido pelo GIFE era “fornecer ao Arquivo Nacional um quadro global da documentação para possibilitar a criação de uma política de recolhimento, o planejamento das prioridades das transferências, bem como a implantação de um arquivo intermediário no Rio de Janeiro”. (MANUAL DE IDENTIFICAÇÃO DE



ACERVOS DOCUMENTAIS PARA TRANSFERÊNCIA E/OU RECOLHIMENTO AOS ARQUIVOS, 1986, p.4).

A partir desse projeto de iniciativa do Arquivo Nacional, fica registrado o uso do termo identificação, que foi disseminado pelas instituições arquivísticas brasileiras através do manual publicado. Pode-se observar que a inserção da identificação, no Brasil, ocorreu através do desenvolvimento de estudos práticos que, minimamente, tentassem resolver o problema da grande quantidade de documentos acumulada no Arquivo Nacional.

Observa-se que o conceito de identificação foi incorporado ao Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005.), que remete ao “processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos, com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual”.

Em contraponto, há uma definição de identificação, apresentada pelo Dicionário de Terminologia espanhol (1993, p. 37): “fase de tratamento arquivístico e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo”.

A partir dessas duas definições, podem-se notar algumas discrepâncias. A definição brasileira de identificação não menciona todo o processo em via de estabelecer a estrutura de um fundo, apenas remete ao processo de controle físico e intelectual de registros de informação, visando seu reconhecimento e sistematização. Difere, portanto, da definição espanhola. Entretanto isso não é uma afirmativa, e sim, uma observação efetuada no decorrer do levantamento bibliográfico sobre o nosso objeto de estudo.

Por que o Dicionário de Brasileiro de Terminologia Arquivística na descrição do termo identificação não aponta o uso do conceito em outro país? Por que isso é feito através da indicação do Dicionário de Terminologia Arquivística do Conselho Internacional de Arquivo CIA⁷ - (DAT)? A remissiva para outro idioma não apresenta a indicação do termo para as demais línguas.

Neste sentido, perguntamos: como é que o Brasil teve acesso à metodologia de identificação? Quais as influências recebidas da Espanha para a construção do conceito e das práticas de identificação no Brasil, uma vez que tais procedimentos foram formulados no mesmo período, ou seja, entre 1980 e 1990?

⁷ O Conselho Internacional de Arquivo (CIA) é datado de 1954 a 1963, dedicando-se ao tema e à equivalência de termos e conceitos em diferentes idiomas da teoria arquivística.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa maneira, os estudos sobre identificação surgem no âmbito profissional, através de um problema vivido na prática pelas instituições acumuladoras de documentos, que precisavam reconhecer o que tinham arquivado, para depois formularem propostas de procedimentos de organização.

Comparando preliminarmente as tradições arquivísticas espanhola e brasileira que se formaram em torno da identificação, pode-se perceber que, no uso da metodologia de identificação aplicada aos procedimentos de organização para ambas as tradições, enquanto a Espanha tenta chegar às informações padronizadas que levem à definição de séries documentais, o foco da preocupação no Brasil está na definição do fundo/órgão produtor, para fins de transferências e recolhimentos.

Contudo, notadamente, percebe-se que os primeiros estudos sobre a identificação, no Brasil, resultado dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Arquivo Nacional, esteve direcionado para a formulação de métodos para projetos de implantação de tratamento arquivístico, a partir da avaliação de documentos, como é o caso dos resultados obtidos pelo projeto de gestão de documentos e, também, para a implantação de políticas arquivísticas. O conceito de identificação usado pelo Arquivo Nacional no Brasil assemelha-se a um diagnóstico de levantamento de condições internas e estruturais do local do arquivo, para depois se focar na delimitação do fundo/órgão produtor, mas como fundamento de políticas da área, e não de metodologias de classificação e avaliação, que eram os objetivos da Espanha naquele momento.

Assim sendo, verifica-se que, para a arquivística brasileira, a definição de identificação difere da proposta formulada para o uso do mesmo termo, na Espanha.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2005. 232p



ARQUIVO NACIONAL. Disponível em: <
<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=100&sid=52>>.
Acesso em: 24 out. 2009.

_____. **Identificação de documentos em arquivos públicos.** Rio de Janeiro, 1985, 34p. (Publicações Técnicas 37)

_____. **Manual de levantamento da produção documental.** Rio de Janeiro, 1986. 35p.

_____. **Manual de identificação de acervos documentais para transferência e/ou recolhimento aos arquivos públicos.** Rio de Janeiro, 1895. 79 p. (Publicações Técnicas 40)

DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Madrid: Dirección de Archivos Estaduais / Ministério de Cultura, 993. 59 p

CAMPOS, Maria Luiza Almeida. Perspectivas para o estudo da área de representação da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, 1995.

CARMONA MENDO, Concepción. Consideraciones sobre el método en archivística: a reflection on archival science methodology. **Documento & Instrumenta**. Madrid, n.1, 2004. p. 35-46.

ESCOBAR SIERRA, Luis Fernando. Como identificar y denominar una serie documental: propuesta metodológica. **Revista Biblios**, Colômbia, ano 5, n. 20, out. 2004.

HERRERA HEREDIA, Antonia. A identificação e a avaliação de documentos da Gestão administrativa das instituições públicas. **Boletim da Associação Espanhola de Arquivistas, Bibliotecários, Arqueólogos, Museólogos e Documentalistas - ANABAD**, Espanha, p. 19-50, jan/mar. 1999.

MARTÍN-PALOMINO BENITO, M.; TORRE MERINO, J. L. L. **Metodología para la identificación y valoración de fondos documentales.** Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2000. 109 p. (Escuela Iberoamericana de Archivos: Experiencias y materiales).



RODRIGUES, Ana Célia. A identificação como função arquivística. In: CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, 6., 2005, Campos do Jordão. **Anais...** São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2005.

_____. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos.** 2008. 258 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.